

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Senhor Ministro,

Em 2012 no decorrer do período mais crítico do ajustamento financeiro imposto pela Troika, o governo liderado pelo PSD, concedeu um apoio a fundo perdido aos produtores pecuários de ruminantes no âmbito de uma medida de apoio à alimentação animal, na seca que se atravessou nesse ano.

Neste momento atravessamos um período de seca extrema que se prolonga desde 2015, que já obrigou à implementação de alguns planos de contingência para o abeberamento animal, mas que com o arrastar do tempo seco tem obrigado os produtores pecuário a utilizar e na maioria dos casos a esgotar as suas reservas de alimentos.

Com os três anos de seca os produtores pecuários têm sido obrigados a adquirir as forragens pois não tem sido possível produzir as suas próprias reservas, impondo um esforço suplementar sobre a tesouraria das empresas agrícolas e obrigando os empresários a recorrer aos créditos de campanha e a créditos de investimentos para alimentar os seus efectivos pecuários.

Nesse sentido, nos termos do disposto na alínea d) do art.º 156 da Constituição da República Portuguesa e, bem assim do preceituado na alínea d) do n.º 1, do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, seja dada resposta às seguintes questões:

1. Como é que é possível que este governo que diz incessantemente que acabou com a austeridade não tenha outros tipos de medidas de apoio à alimentação animal senão a autorização do pastoreio dos pousios e uma linha de crédito que apenas coloca as empresas numa situação financeira mais frágil?

2. Qual é a taxa de adesão a esta medida? Pois a informação que disponho é que não está a ser utilizada pelos produtores pecuários, não porque não necessitem, mas porque em termos financeiros não é exequível?

3. Que outro tipo de medidas de apoio à tesouraria das empresas agrícolas e pecuárias estão a ser equacionadas?

Palácio de São Bento, 23 de novembro de 2017

Deputado(a)s

NILZA DE SENA(PSD)

NUNO SERRA(PSD)

MAURÍCIO MARQUES(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)